

8 DE JANEIRO

“Não foi um passeio no parque”

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), faz duras críticas aos atos golpistas, em evento promovido pelo IDP

» RENATO SOUZA

Em um discurso firme em defesa das instituições democráticas, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que os envolvidos no 8 de janeiro devem ser punidos com rigor, na forma da lei. O parlamentar criticou grupos que tentaram descredibilizar as eleições, que depredaram prédios públicos e incitaram as Forças Armadas contra a democracia em 2023. Ele discursou ontem, após receber o título de doutor *honoris causa* entregue a ele pelo ministro Gilmar Mendes, no encerramento do XXVII Congresso Internacional de Direito Constitucional, no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Pacheco afirmou que, o período da sua passagem pela presidência do Congresso, que coincidiu com o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi um dos “mais críticos da história nacional”. Ele citou a pandemia e, sem apontar para Bolsonaro diretamente, disse que nunca imaginou ver autoridades negando a doença e a eficácia das vacinas.

O parlamentar está no final de sua gestão como presidente da casa legislativa e de seu mandato como senador e afirmou que está pronto para deixar a vida pública, se for o caso. “Estou planejando minha vida pública e posso sair dela, inclusive, e voltar para a advocacia. Tivemos um dos momentos mais críticos da história nacional, de ofensa à República Brasileira, à democracia brasileira. Por um movimento que nós não imaginávamos que pudesse ter tanta força e que foi potencializado pelas redes sociais e que se revelaram à míngua de leis que pudessem discipliná-los”, disse Pacheco.

Reprodução



Após receber diploma de Doutor Honoris Causa das mãos de Gilmar Mendes, Pacheco fez a defesa enfática do Estado Democrático de Direito

O senador citou a Lei do Estado Democrático de Direito, aprovada em 2021 pelo parlamento para substituir a antiga Lei de Segurança Nacional. Ele destacou que, no momento do debate, no Legislativo, não se imaginava que, algum tempo depois, aquela norma seria usada para punir pessoas que cometeram atentados contra a democracia. Ele discursou contra projetos de anistia contra os extremistas, sem fazer referência direta às propostas que tramitam no Congresso. “Não obstante ao que se via no

8 de janeiro, que não foi um passeio no parque, que não foi algo corriqueiro, foi muito grave e que merece a reprimenda necessária em termos da lei e da Justiça. Lei, aliás, que em 2021, foi concebida pelo Congresso Nacional. Quando tanques de guerra desfilavam na Esplanada dos Ministérios, votamos, no Senado, a Lei do Estado Democrático de Direito. Mal sabíamos que dois anos depois serviriam esses tipos penais para colocar quem violentou a democracia brasileira nos limites legais e constitucionais.

Foi uma obra muito tensa, muito difícil e uma história da qual eu tenho muito orgulho de tê-la integrado”, completou ele, referindo-se a sua gestão.

Pedido de impeachment

O ministro Gilmar Mendes elogiou a gestão de Pacheco durante seu discurso, lembrando que, ao longo dos anos, “o senador foi capaz de construir um legado em prol do equilíbrio e fortalecimento das instituições democráticas”, contribuindo para

uma relação de respeito mútuo e proteção. “Como presidente do Senado Federal, Vossa Excelência sacramentou sua habilidade para o diálogo e ponderação, mesmo em tempos polarizados. Logo no início de sua presidência, após determinação do ministro Luís Roberto Barroso e mesmo com manifestações contrárias, oficializou a criação da CPI da covid-19, afirmando que decisão judicial se cumpre”, disse Gilmar.

O magistrado lembrou quando Pacheco rejeitou um pedido de Jair Bolsonaro para abrir



Quando tanques de guerra desfilavam na Esplanada dos Ministérios, votamos, no Senado, a Lei do Estado Democrático de Direito. Mal sabíamos que dois anos depois serviriam esses tipos penais para colocar quem violentou a democracia brasileira nos limites legais e constitucionais. Foi uma obra muito tensa, muito difícil e uma história da qual eu tenho muito orgulho de tê-la integrado”

Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional

processo de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo. “Em uma clara demonstração de espírito republicano, ao enfatizar a preservação da independência entre os Poderes e a necessidade de superar crises institucionais em prol da democracia, rejeitou um pedido formal do então presidente Jair Bolsonaro para impeachment do Ministro Alexandre de Moraes, fundamentando sua decisão na manifesta ausência de tipicidade e justa causa”, completou Gilmar.

RACISMO

Relatora do PL sobre igualdade racial ameaçada de morte

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A relatora de um projeto de lei sobre igualdade racial, deputada federal Carol Dartora (PT-PR) recebeu 43 e-mails de diferentes remetentes com ataques racistas e ameaças de morte, nas últimas duas semanas.

O último, enviado na quarta-feira, mencionava ameaças de ataques físicos contra a parlamentar e seus familiares. Em um dos trechos do e-mail, a remetente escreve “Vou derramar gasolina sobre o seu corpo inteiro e colocar fogo. [...] Me aguarde, macaca. Eu já sei a sua rotina, onde você e o seus parentes moram”.

Em outro trecho da mensagem, a remetente diz que “todos os pretos roubam as pessoas de bem” e menciona R\$ 115 mil gastos pelo gabinete da deputada no mês de julho. Cada deputado recebe uma verba mensal para pagar os salários de até 25 secretários parlamentares que trabalham para o mandato, em Brasília ou nos estados, chamado de verba de gabinete. Dartora recebeu, no mês de julho, R\$ 125.478,69, mesmo valor que outros deputados, e usou R\$ 115.489,21.

“Você é só mais uma MACACA BANDIDA, assim como todos os outros pretos fedidos. A sua origem não nega. O preto pode ter a classe social que for e sempre roubará as pessoas boas e de bem”, escreveu, no e-mail, a remetente.

Em outros e-mail, onde o autor é um homem, as ameaças são sexuais e com tom de deboche sobre o tema da “solidão da mulher negra”, muito discutido em conversas da militância negra. “A solidão é tanta que ninguém as quer nem para estuprar”. Além

Arquivo pessoal

Dep. Carol Dartora

De: [nome oculto]
Enviado em: quarta-feira, 30 de outubro de 2024 12:21
Para: caroldartora13@gmail.com
Assunto: CAROL, EU SOU SUA FAN!

Categorias: Alerta - jurídico

Se você não aprende no amor, vai aprender na dor, sua macaca fodida e eu vou te matar! Para onde foram os mais de 115 mil reais gastos com seu gabinete no mês de Junho? Queremos transparência em todos os gastos para verificar onde é que o dinheiro da população está indo. Você é só mais uma MACACA BANDIDA, assim como todos os outros pretos fedidos. A sua origem não nega. O preto pode ter a classe social que for e sempre roubará as pessoas boas e de bem. Eu estou farta disso, cansada! Enquanto você gasta uma fortuna sem trazer nada em troca para a população, eu e meu marido passamos necessidade. Vai chegar o dia em que eu vou me vingar de toda essa corja de políticos bandidos. Vou encher minha garrafa de gasolina e comprar uma passagem só de ida em direção ao seu gabinete. Vou dizer que estou indo acompanhar uma sessão ou te fazer uma visita como fan. Chegando no seu gabinete eu VOU DERRAMAR GASOLINA SOBRE O SEU CORPO INTEIRO E COLOCAR FOGO. Quero sentir o cheiro da sua carne queimando e o seus gritos de horror. Todo o seu sofrimento será em homenagem a todo o povo revoltado com políticos bandidos e parasitas como você. Me aguarde, macaca. Eu já sei a sua rotina, onde você e o seus parentes moram. Eu não tenho rosto, posso ser qualquer uma, posso até mesmo já ter contato com você. O gabinete 471 vai arder como o inferno...

disso, o autor também diz que as mulheres negras são superiores e sugere que a parlamentar tente suicídio para acabar com o “sofrimento e solidão”.

No meio do mês de outubro, Dartora veio a público para divulgar os crimes e disse que os ataques são direcionados a todas as mulheres negras. “Essas ameaças são um ataque não só a mim, mas a todas as mulheres negras que ousam ocupar espaços de poder. Eu não vou me calar, vou lutar por justiça, igualdade e respeito”, disse a parlamentar.

De acordo com a assessoria da parlamentar, a equipe jurídica do mandato anexou todo o conteúdo das mensagens a um pedido formal de investigação criminal, protocolado no

Ministério Público Federal, no Departamento de Polícia Legislativa e na Polícia Federal. “Os crimes estão previstos em leis que tipificam racismo, violência política de gênero, instigação ao suicídio, cyberbullying, ameaça, perseguição e violência política contra a mulher”.

Essa não foi a primeira vez que a parlamentar recebeu ameaças de morte e ataques racistas. Desde 2020, logo após ser eleita vereadora de Curitiba, Dartora recebe mensagens de ódio de cunho racial. Em dezembro de 2020, recebeu também um e-mail em que o autor ameaçava “meter uma bala na sua cara”.

Relatoria

No mesmo dia do último

e-mail, a deputada federal foi designada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), como relatora de um projeto de lei para diminuir as desigualdades raciais no meio público. O PL 1958/2021 prevê a ampliação das cotas para a população negra, indígena e quilombola para o serviço público de 20% para 30%. A matéria foi aprovada no Senado Federal em julho deste ano e passará pelas comissões da Câmara.

Mesmo abalada com as mensagens de ódio, a parlamentar disse ao **Correio** que “assumir a relatoria tem um significado grande, principalmente, diante dos ataques racistas”. “Eu sou a primeira deputada federal negra do estado do Paraná e isso me

Fellipe Sampaio/STF



Dartora (PT-PR) diz que não vai desistir do projeto antirracista

coloca em uma posição de muita responsabilidade. Meu compromisso é com a construção de uma sociedade mais justa. Os ataques racistas que venho sofrendo apenas reforçam a urgência de projetos de igualdade racial”, argumenta.

“Os ataques e ameaças são um reflexo do racismo que ainda está enraizado na nossa sociedade e que precisamos enfrentar com urgência e coragem”, completa.

A deputada, apesar de espremeada em relação à aprovação da proposta, entende que ainda existe uma resistência grande de alguns parlamentares e da sociedade brasileira com políticas públicas voltadas para raça. “Embora o tema tenha conquistado apoio de muitos

parlamentares, ainda enfrentamos a resistência de alguns setores que não compreendem a urgência e a importância dessas políticas”, diz.

“Além disso, movimentos antirracistas ainda são alvo de ataques e distorções, o que pode criar obstáculos no debate, porém seguiremos dialogando e mostrando que esse projeto é essencial para combater as desigualdades históricas”, argumenta. “Nossa meta é que esses 30% sejam um passo decisivo na direção de uma estrutura estatal, onde as políticas públicas sejam pensadas para todos os brasileiros sem distinção”, completa Dartora.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula